



Assembleia Municipal de Mora

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia trinta e um de março de dois mil e vinte e dois

Mandato 2021/2025

(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Extraordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de Mora. -----

Constituída a mesa. Presidida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luis Simão Duarte de Matos, secretariada, pela Primeira Secretária, Senhora Maria Joaquina Filipe Salgueiro, Segundo Secretário, Senhor Carlos Alberto da Silveira Biléu.

Início da sessão, efetuou-se a chamada, pela Mesa foi verificada a substituição de um Membro deste órgão, registando-se a falta, justificada, do membro:

Maria Manuela Freire Bailão Bridges, substituída pelo membro, António Manuel Matos Salgueiro – Grupo Municipal da CDU. Foi substituída, no exercício das suas funções, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista. -----

Para além dos membros da Assembleia Municipal, estiveram, também, presentes a senhora Presidente da Câmara Municipal, Paula Cristina Calado Chuço, e os senhores Vereadores, Hugo Carreiras e Antonio Ferreira pelo Partido Socialista (PS) e Luis Pedro Branco, pela Coligação Democrática Unitária (CDU). -----

O Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, iniciou os trabalhos proferindo uma saudação protocolar a todos os presentes. -----

Salientou que esta sessão extraordinária foi marcada a pedido da senhora Presidente da Câmara, para apresentar alguns assuntos relacionados com a transferência de competências e serem colocados à discussão e aprovação. -----

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

REGISTOU- SE A FALTA DO PONTO – Período de Intervenção do Público

Este Ponto tinha sido deliberado, na última sessão ordinária do dia vinte cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois, introduzido no início da Sessão. Por lapso não foi introduzido na Ordem do Dia. -----

Não havendo o período antes da ordem do dia, há o Período de Intervenção do Público.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém tinha algo a acrescentar, ninguém se manifestou. Procedeu-se à discussão dos pontos agendados. -

Pedi para intervir o eleito, senhor José Pinto do Grupo Municipal da CDU, sugerindo que os três primeiros pontos fossem discutidos em simultâneo, uma vez serem causa e consequência uns dos outros, pela ordem que se apresentam. -----

Ponto Um: Reestruturação dos Serviços Municipais-----

Ponto Dois: Alteração ao mapa de Pessoal 2022-----

Ponto Três: Alteração Modificativa ao Orçamento Plurianual de Despesa e da Receita 2022-2026 -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal concordou e começou a explicar o porquê de ter pedido esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, tendo em conta que vão receber as transferências de competências das valências da saúde e educação. -----

Foi necessário criar uma estrutura que se adaptasse ao acréscimo de mais trinta e dois funcionários. Vinte e oito da área da educação e quatro da área da saúde. -----

Foi estudada e analisada, quer por serviços jurídicos, quer por outras entidades, empresas e outras câmaras com mais experiência e criou-se uma estrutura que se considera eficaz, transparente e que se mostra devidamente hierarquizada.

Há a salientar que tudo o que existe nessa nova estrutura já existia anteriormente, estava era delineada de uma forma diferente, no entanto não se revia nesta nova realidade. Reforçou a Presidente da Câmara Municipal que, relativamente ao mapa de pessoal, o facto de se encontrar explanado no mesmo não significa obrigatoriamente que tenha de ser ocupada, contudo, esses lugares têm que ser contemplados, para que no futuro possam ser preenchidos e dar resposta a esta nova realidade.

Constituiu-se uma nova divisão para o desenvolvimento económico, saúde, desporto e ação social. Esse processo é o resultado de uma profunda análise e é uma realidade nova que carece de acompanhamento.

Estão contabilizados também os contratos a termo, que na altura certa irão a concurso.

Existem as vagas abertas dos funcionários que se aposentaram e há também a vaga deixada pelo óbito do engenheiro Joaquim Neto. As novas vagas estão contabilizadas na nova estrutura e só serão preenchidas se houver necessidade e cabimento orçamental.

O executivo ponderou muito bem o esquema estrutural aqui apresentado e o que acarreta para o orçamento. Reforçou ainda que, a serem preenchidas carecem de um Regulamento próprio, que irá a Assembleia Municipal para aprovação.

A hierarquia aqui descrita, vai dar aos serviços uma resposta positiva e funcional, onde a população só tem a ganhar. -----

Relativamente ao ponto três, pediu a Senhora Presidente da Câmara Municipal a intervenção da Dra. Andreia Fernandes, que o esclareça, uma vez que esta alteração tem a ver com os dois pontos que se seguem.

A Dra. Andreia cumprimentou todos os presentes e passou a explicar:

Decorrente daquele que foi o trabalho para com a transferência de competências, obviamente que levou a uma alteração orçamental, e, por esse motivo, a Câmara Municipal reuniu várias vezes com o agrupamento de escolas e centro de saúde. Para elaboração deste estudo fez-se um levantamento das despesas com pessoal e eletricidade. Estimou-se que a alteração orçamental seria de 640. 687.26 euros, em que grande parte, 73% são despesas com o pessoal, vinte e oito funcionários da área da educação e quatro da área da saúde.

16%, 101. 935 euros, para a aquisição de bens e serviços, eletricidade, manutenções, contratos de comunicação, que irão passar para a Câmara Municipal.

Existe outra tranche de subsídios diretos, que a Câmara Municipal terá de enviar para o agrupamento de escolas, uma vez que algumas competências vão se manter com o diretor do agrupamento escolar, o senhor professor Joaquim Mira. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém quer intervir.

O eleito, senhor José Pinto pediu o uso da palavra. Dos 56 lugares a preencher, 32 são respetivos à transferência de competências na área da educação e saúde. Questionou sobre o número de lugares a serem criados. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu, desses 56 lugares, estão incluídos os contratos de termo, que são 15, que irão a concurso e serão para preencher.



O eleito, senhor Carlos Alberto Silveira Biléu fazendo uso da palavra, cumprimentou todos os presentes.

Relativamente ao orçamento que foi apresentado e para dar cabimento a essas 32 pessoas, concorda com o orçamento e os ajustes que esse pode levar.

O eleito alertou para o facto de o orçamento ter uma redução de pessoal, 22% a menos em relação ao orçamento anterior, refletindo-se em menos 792.000€, alertando a Câmara Municipal e todos os presentes para a necessidade destas vagas.

Relativamente aos 640.687.26€ que vêm do estado, estão devidamente enquadrados, na despesa com pessoal e na aquisição de serviços. Pôs em causa efetivamente esta verba. A Câmara Municipal vai receber 32 trabalhadores que ganham em média 1.000€, representam um vencimento mensal de 32.000€, mais o acréscimo de encargos com Segurança Social, Subsídios de Refeição, Férias e Natal, considera os valores muito à justa. Se for necessário mais pessoal, questionou se será o Município a suportar essas verbas. Acrescentou que a escalada dos preços pode levar a que 101.000€, possam ser insuficientes para a aquisição de bens e serviços. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que tudo aquilo que referenciou no que respeita às despesas, foram contabilizadas, mas à medida que as coisas vão surgindo, serão analisadas. As contas foram apresentadas com uma percentagem mais elevada do que tinham sido no ano anterior para fazer face a algum imprevisto. Reforçou ainda que os valores serão atualizados por parte do governo mediante respetiva revisão prevista na legislação -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se mais alguém se quer pronunciar.

Autorizado a intervir o eleito pelo PS, senhor Luis Miguel Casanova, referiu que o organograma segue o modelo empresarial e dá resposta ao que hoje é a realidade da Câmara Municipal, embora a Câmara não seja de todo uma empresa, mas deve seguir o modelo empresarial, para dar resposta às exigências do dia a dia. Relativamente ao orçamento, o que foi proferido pelo eleito, senhor Carlos Alberto da Silveira Biléu há a destacar duas coisas:

Primeiro, a alteração ao orçamento, a Dra. Ângela referiu que, os valores que estavam descritos naquela altura eram inferiores ao que se esperava e na primeira revisão orçamental essa verba iria ser reforçada.

Segundo, transferência de competências, durante os dois últimos mandatos foram adiando o inadiável, era preferível terem negociado e terem ficado com o melhor pacote financeiro, do que ficar para o fim e aceitar aquilo que é imposto. Seria melhor refletir no futuro sobre esta questão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Pediu a palavra o eleito, senhor Carlos Alberto da Silveira Biléu, realçando que as tomadas de posição das várias Assembleias, eram tomadas por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse não ter havido espaço para negociação, nem agora, nem antes. As transferências de competências devem ser recebidas na forma como se apresentam, é um problema a nível nacional para todas as Câmaras e que inclusive o assunto tem sido debatido na Associação de Municípios. -----

O eleito, senhor José Pinto alertou para o seguinte, se a transferência de competências é assim tão boa, porque é que, só 128 autarquias disseram que sim, à descentralização.

Fez uso da palavra o eleito, senhor João Carlos Durão Saraiva, para referir duas coisas:

A primeira dirigida ao eleito, senhor Luis Miguel Casanova que vê a Câmara Municipal como uma empresa, discordando de todo. Uma instituição autárquica não pode ser considerada uma empresa. Seguidamente pediu autorização para apresentar uma declaração de voto. -----

O eleito, senhor Luis Miguel Casanova reforçou que com conhecimento de causa, algumas autarquias negociaram. Respondendo ao eleito pela CDU, o senhor João Carlos Durão Saraiva, entende que a Câmara deve ser gerida de uma forma empresarial, não referiu que era uma empresa, uma vez que a Câmara Municipal não visa o lucro, mas sim ser gerida de uma forma eficiente, solicitando o entendimento da sua posição. -----

Pediu a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, esclarecendo que no passado votou contra a transferência de competências devido às condições que lhe foram apresentadas, contudo, agora, na posse de dados mais aprofundados, já não disponha da mesma opinião. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dá a palavra ao eleito, senhor João Carlos Durão Saraiva que lê a declaração de voto, pedindo para que fosse anexada à Ata. -----

Não havendo mais intervenções, pediu para se colocar à votação os pontos pela ordem que aparecem na ordem do dia. -----

Ponto Um: Aprovado por maioria, votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal do PS e abstenção dos eleitos do Grupo Municipal da CDU. -----

Ponto Dois: Aprovado por maioria, votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal do PS e abstenção dos eleitos do Grupo Municipal da CDU. -----

Ponto Três: Aprovado por maioria, votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal do PS e abstenção dos eleitos do Grupo Municipal da CDU. -----

Ponto Quatro: “Contrato de delegação de competências, do Município de Mora no Agrupamento de Escolas de Mora” e “Despacho de delegação de competências, no âmbito da gestão e direção de recursos humanos, da Sra. Presidente da Câmara Municipal no Diretor do Agrupamento de Escolas de Mora” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a intervenção da senhora Presidente da Câmara Municipal para esclarecer.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que o contrato de delegação de competências da Câmara Municipal para o Agrupamento de Escolas, está abrangido na legislação, permitindo que se faça esse tipo de protocolos.

Depois de várias reuniões com o diretor e a sua equipa, considerou-se que seria positivo manter as competências que têm nesta altura, reforçando a confiança que deve existir entre as partes. Quer autarquia, quer escola têm que estar muito bem sincronizadas para que os serviços possam funcionar. A gestão do Pavilhão Municipal ficará da competência da autarquia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradece a explicação. -----

x O membro eleito, José Pinto concorda com a posição da Câmara Municipal, por delegar em quem tem competências de executar, neste caso o agrupamento de escolar de Mora. Mas considera um absurdo, o estado transferir para a autarquia, que por sua vez transfere novamente para o estado. -----

Não havendo mais intervenções colocou-se a votação o **Ponto Quatro:** Aprovado por maioria, votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal do PS e abstenção dos eleitos do Grupo Municipal da CDU. -----

Ponto Cinco: Transferência de Competências do Município de Mora para a CIMAC-

Pediu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que a Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareça todos os presentes sobre este assunto.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, disse que esse ponto era igual para todos os Municípios. São competências que o Governo delega nas CIMS.

Neste Caso é a transferência de competências do Município de Mora para a CIMAC.

É uma transferência no domínio da Educação, Saúde, Ação Social, Proteção Civil, Justiça, turismo entre outras, é a Lei. -----

O eleito João Carlos Durão Saraiva questionou tratar-se de uma transferência de competências do Estado para a CIMAC, e o que tem o Município de Mora a ver com isso.-----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, referiu que foi pedido pela CIMAC, a introdução desse Ponto na Sessão da Assembleia Municipal para ser aprovado. Está a ser levado a todas as Assembleias Municipais, é a Lei 50/2018. -----

O eleito, senhor João Carlos Durão Saraiva, não sabe quais são as competências, não sabe qual o resultado de uma votação positiva ou negativa em relação a isso, portanto pôs em causa se é viável. -----

A Senhora Presidente da Câmara Municipal disse que a partir da data de um de abril de dois mil e vinte e dois, essas competências passam a fazer parte da CIMAC e a Câmara Municipal deve comunicar à CIMAC o resultado da votação. -----

Pedi autorização para intervir o eleito, senhor Carlos Alberto da Silveira Biléu, mostrando-se perplexo pela forma como se apresenta o Ponto cinco, uma vez que não pode tomar partido sobre uma situação que não está bem clarificada. -----

O eleito, senhor José Pinto, do Grupo Municipal dos eleitos da CDU pediu a suspensão dos trabalhos por dez minutos para poderem analisar o assunto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal aceitou a suspensão dos trabalhos por dez minutos para clarificarem a situação. -----

Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse não ser taxativo que tenham que se pronunciarem conforme o que está no Ponto cinco, referindo que as competências são assumidas pela CIMAC. -----

O eleito, senhor José Pinto, esclareceu que o Grupo Municipal da CDU reuniu com o Grupo Municipal do PS, consertaram posições e chegaram a um consenso, concordando todos que existem falhas na clarificação do ponto 5 e, nesse sentido, os dois Grupos Municipais abstiveram-se, não concordando com a forma como o processo foi conduzido.-----



A eleita, senhora Nélia Santos deixa uma palavra de reconhecimento a todos os membros da Assembleia Municipal pela forma como decorreu esta votação. Termina agradecendo a todos os presentes. -----

Colocado à votação o Ponto em apreço, todos os membros da Assembleia Municipal, se abstiveram em relação a esse assunto. -----

O eleito, senhor José Pinto pediu, para que as Atas sejam publicadas na página oficial do Município.

Aprovação da minuta da Ata da presente Sessão- Aprovada por unanimidade. -----

A sessão terminou às vinte e duas horas e quarenta minutos, para constar se lavrou a presente ata aprovada em minuta, vai ser assinada por mim Maria João Oliveira, que, redigi e subscrevo, assim como pelos membros da Mesa. -----

Handwritten signature in blue ink, followed by a handwritten signature in black ink that appears to read "Maria João Oliveira".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORA

Sessão Extraordinária de 31 de Março de 2022

DECLARAÇÃO DE VOTO

→
Torna-se evidente que o amplo processo de reorganização orgânica e do Mapa de Pessoal que nos é apresentado resulta, em grande parte, do quadro de transferências que o Governo PS entendeu impor às autarquias, independentemente da vontade destas.

É sabido que a anterior gestão CDU o recusou sucessivamente. De facto, esta transferência de encargos, é assim que a entendemos, concretizada num contexto de confusão e dispersão legal, visa não só aliviar o OE, como desresponsabilizar o Governo PS de funções e competências relevantes, que deveriam ser de acesso universal, de garantia de iguais direitos pessoais em todo o território nacional e executadas com a preocupação constante da melhoria do serviço público

Aliás, é a própria ANMP, que, apesar do seu seguidismo político, vem reconhecer vários entraves à prossecução do processo, nomeadamente: a insuficiência de dados e de elementos de base fornecidos aos municípios; a escassez de verbas a transferir; e a falta de informação relativamente ao pessoal abrangido pela transferência, designadamente no que respeita a vínculos não permanentes e essenciais ao normal funcionamento dos serviços

No actual quadro de subfinanciamento do Poder Local a adição de novos encargos irá reflectir-se negativamente na capacidade de investimento dirigido à prestação do serviço à população e na promoção do desenvolvimento, estas, sim, competências que desde sempre foram ^{a São} de âmbito autárquico.

É pois perante esta situação que o executivo da CMM nos vem propor para aprovação as propostas de reestruturação dos serviços municipais e de revisão do Mapa de Pessoal.

Desde logo queremos afirmar que a visão que nos é proposta nunca poderia integrar o estilo de trabalho da CDU. Isto é, esta não seria ^{nunca} a nossa proposta!

A opção tomada pelo actual executivo de integrar as novas competências numa divisão de maior abrangência não ^{nos} parece boa solução, já que a nosso ver deveriam estar isoladas, para possibilitar uma fácil monitorização e, dessa forma, fundamentar futuras reivindicações que nesta área por certo se justificarão. Manifestar ainda alguma estranheza pela existência de um Gabinete Técnico Florestal desinserido da Divisão de Desenvolvimento Económico.

Relevo, por outro lado, a ausência, no Organograma agora apresentado, da Universidade Sénior e do Fluviário bem como a despromoção da Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia e do Museu Interactivo do Megalitismo de Mora que passam a Núcleos, integrando os "Serviços dos Núcleos Museológicos".

E já agora, se me permitem, refiro ^{ainda} um esquecimento de registo na estrutura dos serviços.

Trata-se do gabinete de apoio a esta AM, que por lei lhe é devido, mas, que ao que julgo, este executivo teima em não materializar.

Confrontando, agora, o quadro de pessoal, ele parece indiciar uma futura tendência para o recurso à dependência externa relativamente a novos projectos.

Com efeito, o quadro de pessoal que nos foi presente contempla um número de chefias absolutamente desproporcionado face ao número de trabalhadores da CM,

ainda que considerando os 32 trabalhadores inerentes às novas competências. Bem sabemos que o estilo de trabalho autárquico do PS privilegia o recurso ao *outsourcing*, o que na verdade exige mais trabalho de gabinete do que tarefas de execução. Temos, contudo, sérias dúvidas, que, sobretudo na actual conjuntura, esse ^{seja o} caminho ~~seja~~ que melhor serve os interesses do desenvolvimento do Concelho, tal como desconhecemos quantos dos 56 postos de trabalho a preencher estão já criados.

Mas uma coisa temos como certa. O acréscimo de volume da massa salarial que agora se propõe vai reflectir-se muito negativamente na capacidade de investimento de que o Concelho carece e aumenta ainda mais o fosso existente entre os salários dos trabalhadores.

Oxalá o futuro venha mostrar que estamos enganados.

→

Por tudo o que fica dito, o nosso voto relativo a estas propostas em discussão será a abstenção, ^{e ela vai ser sentido} no sentido de não bloquear o normal funcionamento da Câmara Municipal, ^{ao contrário do que} ~~como~~ acontece noutras Assembleias Municipais do País onde o PS tem a maioria.

O “Grupo Municipal da CDU”, na Assembleia Municipal de Mora.

Mora, 31 de Março de 2022